

## TJMG admite Recurso Especial da Defensoria de Minas e pedido para a nomeação de professores concursados no Estado poderá ser julgado pelo STJ

Em decisão monocrática, a primeira vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acolheu o Recurso Especial (REsp Nº 1.0000.16.084844-6/006 TJMG) interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e determinou o encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) da

Ação Civil Pública ajuizada em 2016 pela Instituição, alegando a ilicitude de contratações temporárias para preenchimento de cargos vagos que poderiam ser ocupados de forma efetiva por candidatos aprovados em concurso público.

[LEIA + PÁGINA 3](#)

## BARRAGENS • REPARAÇÃO

### Defensoria Pública de Minas participa de reunião em Brasília para discutir o processo de reparação de danos em Mariana

*DPMG também debateu a repactuação do acordo para reparação de vítimas em audiências públicas*

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou de encontro no Ministério da Casa Civil, em Brasília, que reuniu representantes da União, Instituições de Justiça e Governo dos estados de Minas e Espírito Santo para tentar acelerar o processo de reparação dos danos da tragédia em Mariana.

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



[PÁGINAS 4 e 5](#)

## MUTIRÕES

### DPMG e Sejusp realizam mutirão de atendimento jurídico na Penitenciária José Maria Alkimin

[PÁGINA 3](#)

### Inscrições para o Mutirão das Famílias 2022 entram na última semana em 42 unidades da Defensoria Pública de Minas Gerais

[PÁGINA 2](#)

## ÍNDICE DESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Nova estrutura • Além Paraíba [PÁGINA 5](#)
- > Inscrições mutirão [PÁGINA 6](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 7 e 8](#)

## MIUNDO OFICIAL

### DPMG participa de inauguração do Escritório de Representação do Tribunal de Justiça do Estado em Brasília

Na quarta-feira (16/02), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da inauguração do Escritório de Representação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em Brasília.

Estavam presentes também a defensora pública Adriana Campos, do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores em Brasília; e o presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Martelleto.

A solenidade foi conduzida pelo presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, e contou com a presença de autoridades como o governador de Minas Gerais, Romeu Zema; o ministro Antonio Anastasia, do Tribunal de Contas da União; o ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); entre outros.

Foto: Adep-MG



O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares junto à defensora pública Adriana Campos e o presidente da Adep-MG, Fernando Martelleto, na inauguração do Escritório do TJMG em Brasília

### Defensor-geral se reúne com presidente da Assembleia de Minas Gerais

Foto: ALMG



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, se reuniu na quinta-feira (17/2) com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Agostinho Patrus. O encontro aconteceu no gabinete da Presidência da ALMG.

Na ocasião foram tratados assuntos institucionais de interesse da Defensoria Pública de Minas Gerais e da população em situação de vulnerabilidade no estado.

### Nudem-BH recebe a visita da procuradora da Mulher da ALMG

A Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem-BH) recebeu, na terça-feira (15/2), a visita da deputada estadual Ione Pinheiro, procuradora-geral da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A parlamentar foi recepcionada pela coordenadora do Nudem-BH, Maria Cecília Pinto e Oliveira, e pela defensora pública auxiliar da Defensoria-Geral e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho.

Foram tratados assuntos relacionados à Procuradoria da Mulher e a parceria com a Defensoria Pública de Minas Gerais para somar esforços na busca por políticas públicas para as mulheres.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



[Leia mais](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### TJMG admite Recurso Especial da Defensoria de Minas e pedido para a nomeação de professores concursados no Estado poderá ser julgado pelo STJ

Em decisão monocrática, a primeira vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acolheu o Recurso Especial (REsp Nº 1.0000.16.084844-6/006 TJMG) interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e determinou o encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) da Ação Civil Pública ajuizada em 2016 pela Instituição, alegando a ilicitude de contratações temporárias para preenchimento de cargos vagos que poderiam ser ocupados de forma efetiva por candidatos aprovados em concurso público.

A ACP foi proposta em face do Estado de Minas Gerais, observando, inclusive, o estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4876, em que o órgão declarou a inconstitucionalidade dos incisos I, II, IV e V do artigo 7º da Lei Complementar Estadual 100/2007, sob o fundamento de que essa lei tornou titulares de cargo efetivo servidores

que ingressaram na administração pública sem concurso. Conforme a Ação Civil Pública, estudo realizado pela Fundação João Pinheiro demonstrou que, “em 2014, 34,9% dos professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (REE/MG) eram designados”. Com o julgamento da ADI 4876, o Estado de Minas Gerais foi obrigado a rever a efetivação inconstitucional de mais de 50% desses professores.

Para a defensora pública Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, autora do Recurso Especial, “a decisão é de grande importância, pois, auxilia na determinação da continuidade da demanda para que se alcance a solução dos inúmeros desdobramentos jurídicos decorrentes da LC 100/2007, com reflexos nas contratações temporárias na Educação e nomeação de candidatos aprovados em concurso público”.

[Leia na íntegra](#)

### DPMG e Sejusp realizam mutirão de atendimento jurídico na Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves

Começou na segunda-feira (14/2) mais um mutirão de atendimento jurídico promovido em conjunto pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Desta vez, o esforço concentrado acontece na Penitenciária José Maria Alkimin, situada em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Até a sexta-feira (18/2), dez defensoras e defensores públicos e dez analistas técnico-jurídicos (ATJs) da Sejusp estiveram o dia todo na unidade, atendendo individual-

mente todos os detentos, verificando a situação processual e o cumprimento de pena de cada um deles.

Dentre os cerca de 20 tipos de requerimentos que os presos podem assinar para serem enviados ao juiz da comarca estão: progressão de regime, saída temporária, autorização para o trabalho externo, livramento condicional, indulto, comutação de pena, marcação de audiência de justificação, relaxamento por excesso de prazo e outros.

**Cooperação técnica** – Este foi o terceiro mutirão jurídico fruto de uma cooperação técnica entre a Defensoria Pública mineira e a Sejusp. A força-tarefa foi realizada em novembro de 2021 no Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, e em dezembro, no Presídio Promotor José Costa, de Sete Lagoas.

Neste formato de mutirão estão previstos mais três ao longo do ano, em outras unidades da RMBH. Pelo interior do estado devem ser realizados 24 mutirões, feitos separadamente pelas duas instituições.

A atuação da Defensoria Pública nos presídios e a assistência jurídica prestada aos internos são importantes para que o indivíduo privado de liberdade se veja acolhido, apesar da situação de vulnerabilidade gerada pelo cárcere. Além disso, o mutirão contribui para a estabilidade dentro da unidade prisional.

Foto: Tiago Ciccarini/Sejusp



*A análise da situação jurídica ocorreu na presença do preso, com consultas online do andamento processual em salas de aula da escola da Penitenciária*

## AÇÕES EM DESTAQUE • BARRAGENS / REPARAÇÃO

### Defensoria de Minas participa de reunião em Brasília para discutir o processo de reparação de danos em Mariana

*Encontro reuniu representantes da União, Instituições de Justiça e Governo dos estados de Minas e Espírito Santo*

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou na quarta-feira (16/2), em Brasília, de reunião no Ministério da Casa Civil para tentar acelerar o processo de reparação dos danos da tragédia em Mariana. O rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em 2015, causou a morte de 19 pessoas e danos ambientais e socioeconômicos de grandes proporções.

O objetivo da repactuação do acordo é dar celeridade ao processo de reparação e recuperação da região atingida, tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo, com investimentos no saneamento, no meio ambiente e em demais áreas que levem benefícios diretos aos cidadãos.

O processo da busca pela repactuação do acordo de Mariana teve início em junho de 2021, após a assinatura da Carta de Premissas entre os governos de Minas Gerais, Espírito Santo e a União, junto às Instituições de Justiça. Ele foi iniciado devido à experiência bem-sucedida no termo firmado após a tragédia de Brumadinho e aos baixos resultados de reparação nos últimos seis anos no desastre de Mariana.

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



*O defensor-geral de Minas, Gério Patrocínio Soares, durante reunião na Casa Civil*

O encontro reuniu os representantes da União e dos estados de Minas Gerais e Espíritos Santos, além de representantes do Poder Judiciário.

[Leia na íntegra](#)

*Com informações da Agência Minas*

### DPMG debate repactuação do acordo para reparação de vítimas em audiências públicas

Buscando soluções para o caso do rompimento da barragem do Fundão, ocorrido em Mariana, e visando garantir a escuta das pessoas atingidas, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou de audiências públicas que debateram a repactuação do acordo referente ao rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, e o impacto das enchentes nas bacias dos rios Doce e Paraopeba.

A repactuação do acordo envolve as empresas responsáveis pela barragem – Samarco S/A, Vale S/A e BHP

Billinton –, instituições públicas e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

No dia 3 de fevereiro foi realizada a primeira audiência pública da Comissão Externa sobre Rompimento da Barragem do Fundão, da Câmara dos Deputados. O colegiado foi criado em dezembro para fiscalizar a repactuação do acordo de reparação dos vários danos causados pelo desastre de Mariana.

Em 4 de fevereiro aconteceu a terceira audiência promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde meados de 2021, o processo de repactuação é intermediado pelo CNJ.

A defensora pública Carolina Morishita, que atua no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, representou a DPMG nos debates. Para a defensora pública, a participação das atingidas e atingidos é essencial. “Só as pessoas que tiveram seu modo de vida, sobrevivência, família e saúde abaladas nos últimos seis anos de forma tão intensa é que conseguem demonstrar o que precisa ser reparado e como deve ser reparado”, afirmou.

[Leia na íntegra](#)



## AÇÕES EM DESTAQUE • REPARAÇÃO BRUMADINHO

### Após Consulta Popular, Instituições de Justiça e Governo selecionam 78 obras e projetos para municípios atingidos por rompimento da Vale

Os Compromitentes do Acordo Judicial – Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público Federal (MPF) – enviaram à Vale na terça-feira (15/2/22) a relação com os primeiros projetos socioeconômicos selecionados para detalhamento a partir dos resultados da Consulta Popular.

Na consulta, realizada em novembro de 2021, 10 mil moradores dos 26 municípios considerados atingidos pelo rompimento das barragens da Vale em Brumadinho apontaram áreas prioritárias para receber investimentos de reparação socioeconômica. No processo, estas áreas foram organizadas em temas e em subtemas relacionados às mais de três mil propostas de projetos, que foram apresentadas em momento anterior pelas pessoas atingidas e pelas prefeituras, outras já estavam no Acordo Judicial.

O Acordo de Reparação prevê que a empresa execute projetos socioeconômicos, para fortalecimento

do serviço público, em Brumadinho e nos outros 25 municípios atingidos pelo rompimento, ocorrido em janeiro de 2019. Os projetos estão sendo enviados à Vale para detalhamento em blocos, sendo que este primeiro é composto por 27 projetos em Brumadinho e 3 projetos em cada um dos outros 17 municípios, totalizando 78. Dentre os temas mais priorizados na Consulta Popular destacam-se Infraestrutura, Saúde e Educação, os quais estão de forma geral contemplados nestes projetos. A estimativa para este bloco é de mais de R\$ 1 bilhão em investimentos para reparação na região atingida. Porém, tais custos serão apresentados somente ao fim do detalhamento da Vale.

O Acordo Judicial visa reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, que tirou a vida de 272 pessoas e gerou uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e em todo o Estado.

[Leia na íntegra](#)

## NOVA ESTRUTURA

### Defensoria de Minas inaugura nova instalação em Além Paraíba no dia 24/2

No dia 24 de fevereiro (quinta-feira), às 17h, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) irá inaugurar a nova sede da unidade de Além Paraíba, na Zona da Mata. A iniciativa dá continuidade à política institucional de oferecer instalações melhor estruturadas, custeadas com recursos próprios, para aprimorar o atendimento às assistidas e assistidos.

A comarca abrange os municípios de Além Paraíba, Volta Grande e Santo Antônio do Aventureiro.

Localizada próxima ao Fórum, a nova sede é composta por dois gabinetes, sala para recepção, triagem e atendimento. Conta ainda com o Serviço de Atendimento Processual (SAP), que permite às pessoas assistidas saber sobre o andamento do seu processo, entregar documentos ou buscar uma informação, entre outros encaminhamentos, de forma rápida, sem a necessidade de agendamento.

A solenidade de inauguração será restrita, com o mínimo de pessoas presentes, e contará com a presença do defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

[Saiba mais](#)



## AÇÕES EM DESTAQUE • MUTIRÃO

### Inscrições para o Mutirão das Famílias 2022 entram na última semana em 42 unidades da Defensoria Pública de Minas

As inscrições para o Mutirão das Famílias 2022, realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, terminam na próxima sexta-feira (25/02). A iniciativa acontece pela primeira vez em âmbito estadual e conta com a participação simultânea de 42 unidades da Instituição – Belo Horizonte e 41 do interior.

O Mutirão das Famílias, realizado desde 2015, recebeu novamente o apoio da imprensa para divulgação, além de destaque em painéis publicitários inseridos em pontos estratégicos de Belo Horizonte. Ao todo, são 25 locais de exibição entre painéis e bancas de jornais realizadas em parceria com as empresas BH Mídia OOH e PAD.

A ação tem o objetivo de buscar a conciliação em casos de conflitos na área do Direito da Família – como divórcio, guarda de filhos, investigação de paternidade, entre outros – por meio da solução extrajudicial. A expectativa nesta edição é de que sejam realizadas, até o dia 31 de março de 2022, cerca de 1.000 sessões de conciliação no formato híbrido – presencial ou virtual, de acordo com a necessidade do atendimento.

[Clique aqui para mais informações sobre as cidades participantes](#)



DEU NA MÍDIA

[Acesse aqui os destaques na mídia](#)



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)